

CIDADANIA

Assembleia Municipal de Ílhavo

Vícios velhos em corpos novos



Luís Leitão
(Partido Socialista)

Há um ano era tempo de campanha eleitoral para as Autarquias. Tempo de ilusões, de acreditar que é possível lutar pelo desenvolvimento da nossa terra, propostas de fazer diferente e melhor. Candidataram-se os do “costume” e alguns novos Partidos ou movimentos.

Sentia-se que era tempo de mudança.

As críticas e soluções que o Partido Socialista foi acrescentando ao longo dos anos,

com uma oposição sistémica e construtiva nos diversos órgãos autárquicos, evidenciaram o comodismo e o imobilismo a que se entregou a governação de 24 anos do PSD. A candidatura do PS apelava à ousadia da mudança, mas não conseguiu cativar e envolver a maioria dos Ilhavenses para apoiar as suas propostas de governação autárquica.

O PSD continuava a acreditar que a máquina de poder construída ao longo dos anos e a rede da presença dos seus simpatizantes no “controlo” das associações do concelho, bastava para acentuar “confiança para um presente com futuro” e... mais quatro anos de governo.

João Campolargo, com a sua ambição de liderar uma lista à Câmara, não conseguindo

ganhar o jogo das lógicas partidárias, e fazer passar a sua candidatura apoiada pelo PS ou PSD, cria o movimento “Unir para Fazer”. Interpretando o sentimento da população e o populismo da constante crítica ao comportamento dos partidos e dos seus atores, promete fazer história com uma gestão participativa, aberta e transparente. Põe fim a um ciclo de mais de 20 anos de governação social-democrata e muda a cor e a configuração política dos órgãos autárquicos.

Assinala-se o desaparecimento de partidos tradicionais, com destaque para o CDS e BE, que se foram descharacterizando à boleia das iniciativas que Lisboa lhes trazia. De igual forma, mas em sentido contrário, surge o CHE-

GA que consegue eleger um representante para a Assembleia Municipal.

Um ano depois, o que mudou afinal?

O Movimento e o Presidente, que está a “fazer” e o que têm feito?

Logo a iniciar o mandato, nomeações para cargos. Processos naturais, mas tantas vezes associados ao que de mal a atividade política ou partidária vai gerando, com crítica destacada por grupos de independentes e outros críticos da atividade partidária. MORAL, ÉTICA e DEONTOLOGIA são pilares da sociedade, também valores inerentes à atividade política - infelizmente nem sempre lhe são associados.

Que primeiras decisões toma o UPF? Nomeia familiar direto do cabeça de lista à As-

sembleia Municipal e contrata para assessor um candidato a vereador, não eleito. O que o voto não dá, compra a força do dinheiro de todos nós.

No estado de graça da vitória, não há indignação que sobreviva aos adeptos fervorosos e às “cliques” toldadas pela alegria do poder. O tempo vai encarregar-se de acrescentar à razão o que aos poucos vai tirando à emoção.

Vemos o compreensível período de adaptação prolongar-se ao longo dos meses. A equipa de gestão autárquica sem conseguir libertar-se da inércia existente na dinâmica da estrutura e da “herança” do PSD. E depois, que ideias e projetos nos esperam? Não sabemos.

Na falta de ideias e projetos conhecidos, a

desculpa com o fantasma da condição e insegurança financeira da Câmara Municipal?!

Temos dificuldade em perceber as barreiras que o executivo e o UPF vão colocando, sempre que se trata de medidas que permitam aumentar a transparência, a aproximação e participação da maioria dos municípios. Sinal disso: a polémica reversão das alterações ao regimento das reuniões de Câmara, graças à incoerência de um vereador do PSD que vota ao contrário do que havia votado anteriormente. Jogos e compromissos de poder? Claro que não, isso é próprio dos partidos.

Vícios velhos em corpos novos.

Nota da direção: este espaço é gerido pela Mesa da AMI, conforme acordado com O Ilhavense